

CONTRATO CEDAE N.º**013****/18 (DF)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **WORLD METALIC – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE**, e a **WORLD METALIC – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.706.125/0001-60, com endereço na Rua Abigail Cortes, n.º 167, Centro em Lapa, Paraná, CEP. 83.750-000, neste ato representada por meio de seu Sócio Administrador, ao final assinado, Sr. RICARDO BERTOLIN COELHO, identidade RG n.º 7992428-8 (SSP/PR) e CPF/MF n.º 028.841.099-86, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo **n.º E-07/100.420/2017**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 351/2017**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/19/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de "**TUBO TELESCOPADO**", itens 1 e 2, conforme termo de referência do anexo III ao Edital.

Item	Nomenclatura	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
01	Tubo Telescópado de Aço 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - Trecho ponte coberta / Inhaúma. (cota principal)	CJ	09	R\$ 36.666,57	R\$ 329.999,13
02	Tubo Telescópado de Aço 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - Trecho ponte coberta / Inhaúma. (cota reservada)	CJ	01	R\$ 36.666,57	R\$ 36.666,57
TOTAL					R\$ 366.665,70

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;



- c) exercer a fiscalização do contrato;
d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 351/017 e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903010
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DG00020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000113.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 366.665,70 (trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)**.

Item	Nomenclatura	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
01	Tubo Telescopado de Aço 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - Trecho ponte coberta / Inhaúma. (cota principal)	CJ	09	R\$ 36.666,57	R\$ 329.999,13
02	Tubo Telescopado de Aço 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - Trecho ponte coberta / Inhaúma. (cota reservada)	CJ	01	R\$ 36.666,57	R\$ 36.666,57
TOTAL					R\$ 366.665,70

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 366.665,70 (trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante,



devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

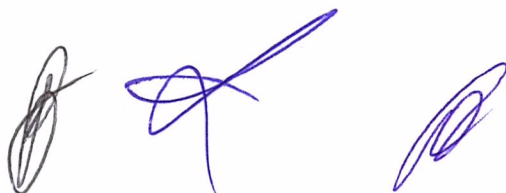
PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: GARANTIAS

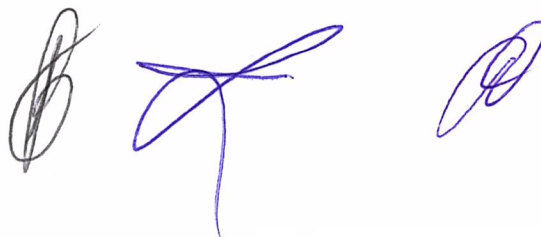
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Como garantia do Contrato e da boa execução do em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a CONTRATADA depositou na conta da CEDAE, agência 2373-6, conta 0510000-3, em 25/01/2017 a importância de **R\$ 3.666,65** (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 338.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que se fizer necessário, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da CEDAE, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA e após o cumprimento total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO


A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes,



objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, *31* de *Janeiro* de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD

Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



RICARDO BERTOLIN COELHO

Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Contr- WORLD-METALIC- aquisição-detubos-telescópio-PE-351-2017



cutante, opinando quanto à regularidade da despesa, observando, no que couber, as disposições contidas na Instrução Normativa AGE/SE-FAZ nº 04, de 23/07/2008.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente do INEA

LINCOLN NUNES MURCIA

Diretor-Geral de Administração e Finanças Internas

PORTARIA CONJUNTA INEA/PMERJ Nº 193

DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR - PMERJ, no exercício de suas atribuições legais de acordo com a Lei nº 7.844 de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Unidade de Polícia Ambiental (UPAM).

II - VIGÊNCIA: início: a partir da publicação desta portaria - término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UG: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UG: 2432.00 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA/Executante: 2611 - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

UG: 2611 - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

UG: 2611.00 - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

V - CRÉDITO

PT: 2432.181220002.2660 - Pessoal e Encargos Sociais

Natureza da Despesa: 3190

Fonte: 218, 230, 232

Valor R\$ 2.200.000,00

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser acompanhada de parecer elaborado pela Assessoria de Controle Interno do Órgão Executante, opinando quanto à regularidade da despesa, observando, no que couber, as disposições contidas na Instrução Normativa AGE/SE-FAZ nº 04, de 23/07/2008.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente do INEA

WOLNEY DIAS FERREIRA

Comandante-Geral da PMERJ

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE PÓS LICENÇA

DESPACHO DO DIRETOR

DE 11.12.2017

*PROCESSO Nº E-07/013.723/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Sra. Lídia da Silva e acólto a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração tendo em vista a redação do art. 60, I, do Decreto Estadual nº 41.628/2009, o qual estabelece a atribuição do Diretor de Pós Licença apreciar e decidir as impugnações apresentadas contra os autos de infração lavrados no caso de imposição de advertência, multa e aplicação de penalidade. *Replicado por correção no original publicado no D.O. de 27.12.2017.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 07.02.2018

PROCESSO Nº E-07/201169/2006 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de BEM TE VI POSTO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 31.057.532/0001-99, localizado na Rod RJ 116, KM 103 - Vila São João - município de Bom Jardim, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/510.542/2010 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de ABS SERRALHERIA CORDEIRENSE LTDA, CNPJ 07.358.562/0001-80, localizada na Rua Benjamin Constant 11, casa 2 - Dois Rios - município de Cordeiro, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.13774/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de HELIO WOSYLUS CANTO, CPF 729.304.467-49, localizado na Rua Miguel Gaspar nº10 AP-28 GL 07B - Condomínio Fibourg Park - Conego - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/203760/2007 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de LIG-ARTIFATOS E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 07.844.320/0001-77, localizada na Fazenda Bahia - Sítio dos Bravos - município de São Sebastião do Alto, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.18332/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Autorização Ambiental em nome de LACIR JORGE SOARES, CPF 328.149.387-72, localizado no Distrito de Bom Jardim, barra Alegre - Córrego Santo Antônio - Santo Antônio - município de Bom Jardim, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.18332/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de FRANCISCO ANTONIO DORNELLAS SANTIAGO, CPF 237.987.347-04, localizado na Rua Carolina Emília da Cunha nº 180 - Conego - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/201.464/2004 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Instalação em nome de FERRAGENS 3F DO BRASIL LTDA, CNPJ 02.464.189/0001-07, localizada na Rodovia RJ 130 Km 63 - Fribourg Teresopolis - Córrego Dantas - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/513.672/2012 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de FABRICA DE RENDAS ARP S/A, CNPJ 33.111.139/0001-61, localizada na Estrada Fribourg-Sumidouro, s/nº KM 5 - Fazenda Anna C - Riograndina - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.11413/2017 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Reparo Hídrico em nome de GERAÇÃO HIDROELÉTRICA RIO GRANDE S/A, CNPJ 09.395.349/0002-25, localizada na Estrada Santa Maria Madalena - Ponte do Caju - (Fazendinha) s/nº - Parte Km 197 - Rodovia RJ 116 - Zona Rural - município de Santa Maria Madalena, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.12301/2014 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de ULIAS THURLER FILHO, CPF 092.772.777-34, localizado na Rua Franklin Coutinho, nº 41-B - Olaria - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.11655/2013 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada em nome de ENGEORM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 48.246.920/0005-25, localizada na Rua Nóbis Simão, 2481 - Retiro Poético - município de Cordeiro, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.7607/2016 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de R M DE ORNELAS TRANSPORTES - ME LTDA, CNPJ 24.524.975/0001-87, localizada na Rua Antônio A de Mesquita nº 20 - Banqueta - Município de Bom Jardim, com base nos autos do processo em referência.

Id: 2085724

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 17/01/2018

DESIGNA MARCOS LUIZ JOSE MARTINS, Técnico de Saneamento II, como Presidente, WALLACE NEY CERQUEIRA DA SILVA, Engenheiro B, ROMILDO DE SOUZA MODESTO, Ajudante de Saneamento, como membros titulares e CELSO JACINTO DA CRUZ, Agente Administrativo A, como membro suplente. Gerente do Contrato, MARCIO MONTEIRO DE FARIAS, Técnico de Contabilidade II, e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para participar da Comissão de Fiscalização do contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE TUBO TELESCÓPIO", de que trata o Processo Nº E-07/100.420/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 14.985/2018.

Id: 2085658

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 06/02/2018

PROCESSO Nº E-17/100.033/2017 - Em conformidade com a Inexigibilidade de Licitação - IL, nº 012/2017 (DP), baseada no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21/08/93 e suas alterações, AUTORIZO a Despesa, no valor R\$ 124.698.090,00 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e oito mil e noventa reais), em favor da LIGHT - SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADE S.A., referente ao "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES DA CDEAE, COM TENSÃO DE FORNECIMENTO INFERIOR A 69 KV (UNIDADE DES CATIVAS), ÁREA DE CONCESSÃO DA LIGHT - SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADE S.A.", para o exercício de 2018.

Id: 2085602

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 06/02/2018

PROCESSO Nº E-17/100.037/2017 - Em conformidade com a Inexigibilidade de Licitação - IL, nº 012/2017 (DP), baseada no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21/08/93 e suas alterações, AUTORIZO a Despesa, no valor R\$ 180.432,00 (cento e oitenta mil quatrocentos e trinta e dois reais), em favor da ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., referente ao "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES DA CDEAE, COM TENSÃO INFERIOR A 69 KV (CLIENTES CATIVOS), DENTRO DA ÁREA DE CONCESSÃO DA ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.", para o exercício de 2018.

Id: 2085603

Secretaria de Estado de

Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEAPPA Nº 13 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII e o 1º, do artigo 82, da Lei nº 287, de 01/12/1979 (Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro), e tendo em vista o disposto no art. 14, do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21/07/1975, e no Parágrafo Único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28.04.1980 e tendo em vista o que consta no Processo Nº E-02/007.00351/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegado ao Diretor Geral de Administração e Finanças ANTONIO EMILIO SANTOS, Identidade Funcional nº 43529836, com base na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS, autorizar, transferir e movimentar recursos financeiros em conta dos Programas de Trabalho das Unidades Orçamentárias que integram a estrutura básica desta Secretaria de Estado, visando dar celeridade às ações desenvolvidas por esta Secretaria.

Art. 2º - A presente delegação outorga à autoridade indicada no art. 1º desta Resolução, competência para praticar todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 287, de 04.12.1979, que aprovou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, e também para:

I - autorizar abertura de licitações, aprovar os respectivos resultados e adjudicar os objetos do certame, bem como anulá-las e revogá-las;

II - assinar contratos decorrentes de procedimentos licitatórios ou não;

III - autorizar a emissão de notas de empenho, emitir ordens de pagamentos e cheques nominativos, bem como movimentar contas e transferências financeiras, em nome desta Secretaria de Estado;

IV - autorizar a concessão de adiantamentos e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas;

V - aplicar ou relevar as penalidades pecuniárias ou não previstas em lei, quando verificado descumprimento de obrigações contratuais, inclusive inobservância de prazos, nos casos de fornecimento de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;

VI - reconhecer dívidas.

Parágrafo Único - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do Parágrafo Único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/75, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

Art. 3º - Os cheques emitidos no âmbito desta Secretaria deverão ser assinados em conjunto por 02 (dois) ordenadores de despesas.

Art. 4º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme dispõe o Parágrafo Único, do art. 289, da Lei nº 287, de 04.12.1979.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018

JAIR BITTENCOURT

Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

Id: 2085407

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 31.01.2018

PROCESSO Nº E-02/001/004735/2016 - VALERIA CHRISTINA MAGALHÃES TEIXEIRA, ID Funcional nº 571648-9 - HOMOLOGO a concessão definitiva do Adicional de Qualificação instituído pela Lei nº 5772, de 29 de junho de 2010, com base na avaliação da comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão do referido adicional, designada pela Resolução SAEPEC nº 12, de 18 de maio de 2011.

PROCESSO Nº E-02/007/003406/2017 - VALQUIRIA AGNES CARDOSO CORTES, Matrícula nº 4251400-2 - HOMOLOGO a concessão provisória do Adicional de Qualificação instituído pela Lei nº 5772, de 29 de junho de 2010, com base na avaliação da comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão do referido adicional, designada pela Resolução SAEPEC nº 12, de 18 de maio de 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL
DESPACHO DO COORDENADOR
DE 01.02.2018

PROCESSO Nº E-02/007/000195/2018 - INTERDITO, com base nos autos do processo, a propriedade SÍTIO RIACHO DOCE, pertencente a Sr.ª Mônica Conceição Pereira, CNPJ nº 02.700.774-24, localizada na comunidade de Zungu, Município de Angra dos Reis.

Id: 2085479

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 06.02.2018

PROCESSO Nº E-02/007/000192/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto CHALLENGER (CDSV/RJ nº 1350) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa KOOPERT DO BRASIL SISTEMAS BIOLÓGICOS, CNPJ: 65.017.857/0001-60, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/000193/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto VOTIVO PRIME (CDSV/RJ nº 1351) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa BAYER S.A., CNPJ 19.459.628/0001-15, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/000194/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto FLUMIZIN 500 SC (CDSV/RJ nº 1352) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa SUMIDOURO CHEMICAL DO BRASIL LTDA, CNPJ 42.462.952/0001-77, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/000294/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto DIFLUMAX (CDSV/RJ nº 1349) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa HELM DO BRASIL MERCANTEL LTDA, CNPJ 47.176.755/0001-05, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/000340/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto BOVERIA TURBO (CDSV/RJ nº 1354) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa BIOVALENS LTDA, CNPJ 19.558.956/0001-57, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/000341/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto META TURBO (CDSV/RJ nº 1353) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitosanitários, requerido pela empresa BIOVALENS LTDA, CNPJ 19.558.956/0001-57, em cumprimento ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6441/2013.

Id: 2085393

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 07/02/2018

RECONHECE A ESTABILIDADE dos servidores do Quadro Permanente da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, aprovados no Estágio Probatório, conforme relação publicada no D.O. de 01 de fevereiro de 2018, na forma do artigo 1º, § 3º do Decreto nº 43.245, de 24/10/2011.

Id: 2085447

Secretaria de Estado de

Esporte, Lazer e Juventude

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

DESPAHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 05/02/2018

PROC. Nº E - 30/001/1497/2017 - Com base no § 1º, do art. 82, da Lei Estadual nº 287/79, e tendo em vista a Ata de Julgamento da sessão pública referente à Convocação Pública realizada pelo Edital nº 01/2017, Processo Nº E-30/001/1497/2017, cujo objeto é a formação de parecer para o fornecimento e a execução de atividades de esporte e ao lazer, materializada pela realização de atividades denominadas "PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE - PELC", pelo prazo de 01 (um) ano, executado em conformidade com o disposto no Edital de Referência e seus anexos, ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do chamamento em favor do Instituto SESSUB, vencedor do certame, no valor de R\$ 1.125.545,60 (um milhão, cento e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Id: 2085399

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

DE 05/02/2018

APOSENTA LUIZ RAYMUNDO DA SILVA, Economista, Nível SUP XI, matrícula nº101094-1 e ID Funcional nº897161, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº47/2005. Processo Nº E-30/002292/2017.

Id: 2085306

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e

Políticas para Mulheres e Idosos

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 DO CEDCA/RJ.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, realizou-se a reunião plenária ordinária do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente - CEDCA/RJ, Conselho Presencial, Patrícia Waked Pontes (SEDHMI), Neza Jordão (FIA), Maria de Fátima Ferreira (SES), Saturnina Pereira da Silva (SEEDUC), João Carliello de Moraes (SEEDUC), Eufraia Maria S. das Virgens (DPGE), Priscila Ferreira Loureiro Pires (Associação São Martinho), André Rangel (CRP 5º região), Pierre Pontes (CDHNI), Fabiana Pereira de O. Marques (CRESS 7ª região), Márcia Gatto (Rede Rio Criança), Marly de Souza (ACTERJ), Jussara Lage (MMSG), Maria de Fátima da Silva (Cheifa/ Associação PAMEN), Maura Castano (Movimento Moleque) e Margarida Prado (OABRJ). Em seguida, a Presidente Patrícia Waked Pontes passa para a Ordem do Dia. 1ª - Aprovação das Atas referentes às Assembleias Ordinárias realizadas em (23/08/2017), (27/09/2017), (25/10/2017) e (29/11/2017). 2ª - Deliberação de se oficiar a Procuradoria das Fundações do Ministério Público Federal o registro da apreensão do CEDCA quanto a possibilidade de suspensão ou extinção dos relevantes serviços prestados pela Fundação Xuxa Meneghel, tendo como anexo a Nota lida e aprovada por essa plenária. 3ª - Delibera pela realização da Reunião conjunta do CEDCA com representantes das Secretarias de Direitos Humanos, Assistência Social, Coordenadoria dos Conselhos Vinculados, Deputada Tia Jú da ALERJ, representante do orçamento da ALERJ, ordenador de despesa do CEDCA, tendo como intuito o nivelamento contábil necessário para o uso do Fundo FIA e LOA, antes da próxima Assembleia. 4ª - Convocar a presença dos ordenadores de despesas para a próxima Assembleia do CEDCA, a realizar-se em janeiro de 2018, a fim de prestar esclarecimentos necessários para a construção e aprovação do Plano de Aplicação do FIA. 5ª - Aprovação do texto de projeto de lei que pretende alterar o art. 7º da Lei nº 1697/1990 que dispõe sobre a participação da Sociedade Civil no CEDCA e 6ª - Oficiar os deputados estaduais informando, de forma reiterada, quais são as atribuições dadas por lei ao CEDCA, e assim solicitar que este Conselho seja convidado quando a temática se referir a crianças e adolescentes, no Estado do Rio de Janeiro.

PATRICIA WAKED PONTES

Presidente do CEDCA/RJ

NATHÁLIA GUIMARÃES PARIAS

Secretária Executiva do CEDCA/RJ

Id: 2085666

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEAI/00149575

NOME: Associação Assistencial, Promocional e Educacional Ressurreição APER CNPJ/CPF Nº: 47.073.911/0025-90. **ENDEREÇO:** Avenida Gilka Machado, 1529 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 61 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** R\$ 3.481,44. **PROCESSO:** Nº E-07/002.12842/2017.

Id: 2085722

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 013/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a WORLD METALIC - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBO TELESOPADO, itens 1 e 2, conforme termo de referência do anexo III ao Edital.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: R\$ 366.665,70 (trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 31/01/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.420/2017 (Pregão Eletrônico nº 351/2017).

Id: 2085659

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato nº 003/2017 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a BAUMINAS QUÍMICA NINE LTDA.
OBJETO: Acrescentar nas quantidades totais do produto químico contratado, bem como a prorrogação do prazo de fornecimento.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: R\$ 272.637,90 (duzentos e setenta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e noventa centavos), correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DA ASSINATURA: 09/01/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.382/2016 (Pregão Eletrônico nº 061/2016).
*Omitido no D.O. de 11/01/2018.

Id: 2085656

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 009/2017 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a LIMPATX-RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.
OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DA ASSINATURA: 31/01/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.287/2016 (Pregão Eletrônico nº 049/2016).

Id: 2085657

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 314/2018 - ASL-OP.
OBJETO: "LOCAÇÃO DE GERADORES PARA MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA DA DI".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua realização adiada sine die.

Id: 2085739

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 315/2018 - ASL-OP.
OBJETO: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2 (DOIS) ELEVADORES DA ELEVATÓRIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIRÃO".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 23/02/2018, às 14:30 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2085740

Secretaria de Estado de Cultura**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.954/92, regulamentada pelo Decreto nº 44.013/13, torna pública a inabilitação do projeto cultural, conforme estabelecido no Edital, publicado no D.O. de 23 de janeiro de 2017.

Área Cultural: Audiovisual

01 I- Título do projeto TOTTEM - Um ensaio sobre o paradoxo ser
II- Número do projeto 11062951
III- Nome/Razão Social: J.C. Miranda Santos Produções Artísticas e Culturais
IV- CPF/CNPJ do proponente: 17.867.669/0001-88
V- Motivo da inabilitação: Inciso V do item 10.3 do Edital

02 I- Título do projeto Petropolis Film Festival
II- Número do projeto 11062909
III- Nome/Razão Social: Su Pro Art & Participações Societárias Ltda
IV- CPF/CNPJ do proponente: 11.144.858/0001-46
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

03 I- Título do projeto Festival de Games Educativos
II- Número do projeto 11062923
III- Nome/Razão Social: Sagre Consultoria Empresarial Ltda - ME
IV- CPF/CNPJ do proponente: 07.902.231/0001-30
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

Área Cultural: Artes Cênicas

01 I- Título do projeto TOTTEM - Um ensaio sobre o paradoxo ser
II- Número do projeto 11062950
III- Nome/Razão Social: J.C. Miranda Santos Produções Artísticas e Culturais
IV- CPF/CNPJ do proponente: 17.867.669/0001-88
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

Área Cultural: Diversidade Cultural

01 I- Título do projeto Programa Jovens Construtores em Design e Produção Cultural
II- Número do projeto 11062917
III- Nome/Razão Social: Centro de Promoção da Saúde do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 73.642.613/0001-04
V- Motivo da inabilitação: Inciso II do item 10.2.1 do Edital

Área Cultural: Música

01 I- Título do projeto DVD Mais de Mim
II- Número do projeto 11062945
III- Nome/Razão Social: V.F. Produções e Eventos Artísticos Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 08.767.093/0001-96
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

02 I- Título do projeto Show Mais de Mim
II- Número do projeto 11062945
III- Nome/Razão Social: V.F. Produções e Eventos Artísticos Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 08.767.093/0001-96
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

Área Cultural: Artes Integradas

01 I- Título do projeto Circuito Carioca - Musica Boa
II- Número do projeto 11062928
III- Nome/Razão Social: V.F. Produções e Eventos Artísticos Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 08.767.093/0001-96
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

02 I- Título do projeto Festa Brasuca
II- Número do projeto 11062947
III- Nome/Razão Social: V.F. Produções e Eventos Artísticos Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 08.767.093/0001-96
V- Motivo da inabilitação: Item 10.2.2 do Edital

Id: 2085462

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01 Processo nº E-18/001/103/2018
Projeto: Bloco do Sargento Pimenta
Produção: Nacional
Proponente: Sopro Escritório de Cultura Ltda. - ME
CPF/CNPJ: 16.877.605/0001-03
Patrocinador: Ambev S.A.
CNPJ: 07.526.557/0046-01
Valor Total Incentivado: R\$ 76.000,00
Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor) R\$ 15.200,00
Incentivado: R\$ 19.000,00
Valor Total de Contrapartida

Id: 2085264

EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.954/92, torna público o deferimento da inscrição do projeto cultural em caráter excepcional e a Certificação de Aprovação de Projeto Cultural, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto nº 45.290, de 19 de junho de 2015.

Área Cultural: Artes Integradas

01 I- Número do projeto E-18/001/08/2018
II- Título do projeto Monobloco Carnaval 2018
III- Nome/Razão Social: Kappamaki Produções Artísticas Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 13.899.937/0001-92
V- Valor total do projeto: 215.000,00
R\$
VI- Valor aprovado de captação R\$ 160.000,00
VII- Produção Cultural Nacional

Id: 2085159

EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.954/92, torna público o deferimento da inscrição do projeto cultural em caráter excepcional e a Certificação de Aprovação de Projeto Cultural, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto nº 45.290, de 19 de junho de 2015.

Área Cultural: Artes Integradas

01 I- Número do projeto E-18/001/1427/2017
II- Título do projeto Carnaval de Rua Rio 2018
III- Nome/Razão Social: Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda do proponente
IV- CPF/CNPJ do proponente: 04.458.217/0001-09
V- Valor total do projeto: 12.550.367,87
R\$
VI- Valor aprovado de captação R\$ 8.500.000,00
VII- Produção Cultural Nacional

Id: 2085053

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01 Processo nº E-18/001/120/2018
Projeto: Desfile Centenário do Cordão da Bola Preta
Produção: Nacional
Proponente: Moleque Produções Artísticas Ltda. - ME
CPF/CNPJ: 35.810.324/0001-70
Patrocinador: Ambev S.A.
CNPJ: 07.526.557/0046-01
Valor Total Incentivado: R\$ 228.000,00

Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor) R\$ 45.600,00
Incentivado: Nacional
Valor Total de Contrapartida R\$ 57.000,00

Id: 2085268

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01 Processo nº E-18/001/1427/2017
Projeto: Carnaval de Rua Rio 2018
Produção: Nacional
Proponente: Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda.
CPF/CNPJ: 04.458.217/0001-09
Patrocinador: Ambev S.A.
CNPJ: 07.526.557/0046-01
Valor Total Incentivado: R\$ 6.800.000,00
Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor) R\$ 1.360.000,00
Incentivado: Nacional
Valor Total de Contrapartida R\$ 1.700.000,00

Id: 2085330

**RETIFICAÇÃO
D.O. DE 05/12/2017
PÁGINA 39 - 3ª COLUNA****EDITAL**

01 Processo nº E-18/001/11372/2017
Onde se lê:
CNPJ: 28.598.795/0001-09
Valor total incentivado: R\$ 200.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 50.000,00
Leia-se:
CNPJ: 28.598.795/0001-09
Parcelas:
1/13 Valor total incentivado: R\$ 40.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 10.000,00
CNPJ: 28.598.795/0001-09
2/13 Valor total incentivado: R\$ 19.200,00
Valor total de contrapartida: R\$ 4.800,00
CNPJ: 28.598.795/0002-81
3/13 Valor total incentivado: R\$ 5.040,00
Valor total de contrapartida: R\$ 1.260,00
CNPJ: 28.598.795/0005-24
4/13 Valor total incentivado: R\$ 10.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 2.500,00
CNPJ: 28.598.795/0004-43
Parcelas 5/13 Valor total incentivado: R\$ 13.600,00
Valor total de contrapartida: R\$ 3.400,00
CNPJ: 28.598.795/0007-96
6/13 Valor total incentivado: R\$ 4.400,00
Valor total de contrapartida: R\$ 1.100,00
CNPJ: 28.598.795/0008-05
7/13 Valor total incentivado: R\$ 17.600,00
Valor total de contrapartida: R\$ 4.400,00
CNPJ: 28.598.795/0008-77
8/13 Valor total incentivado: R\$ 12.600,00
Valor total de contrapartida: R\$ 3.040,00
CNPJ: 28.598.795/0009-58
9/13 Valor total incentivado: R\$ 10.160,00
Valor total de contrapartida: R\$ 2.540,00
CNPJ: 28.598.795/0010-91
10/13 Valor total incentivado: R\$ 9.680,00
Valor total de contrapartida: R\$ 2.420,00

Id: 2085665